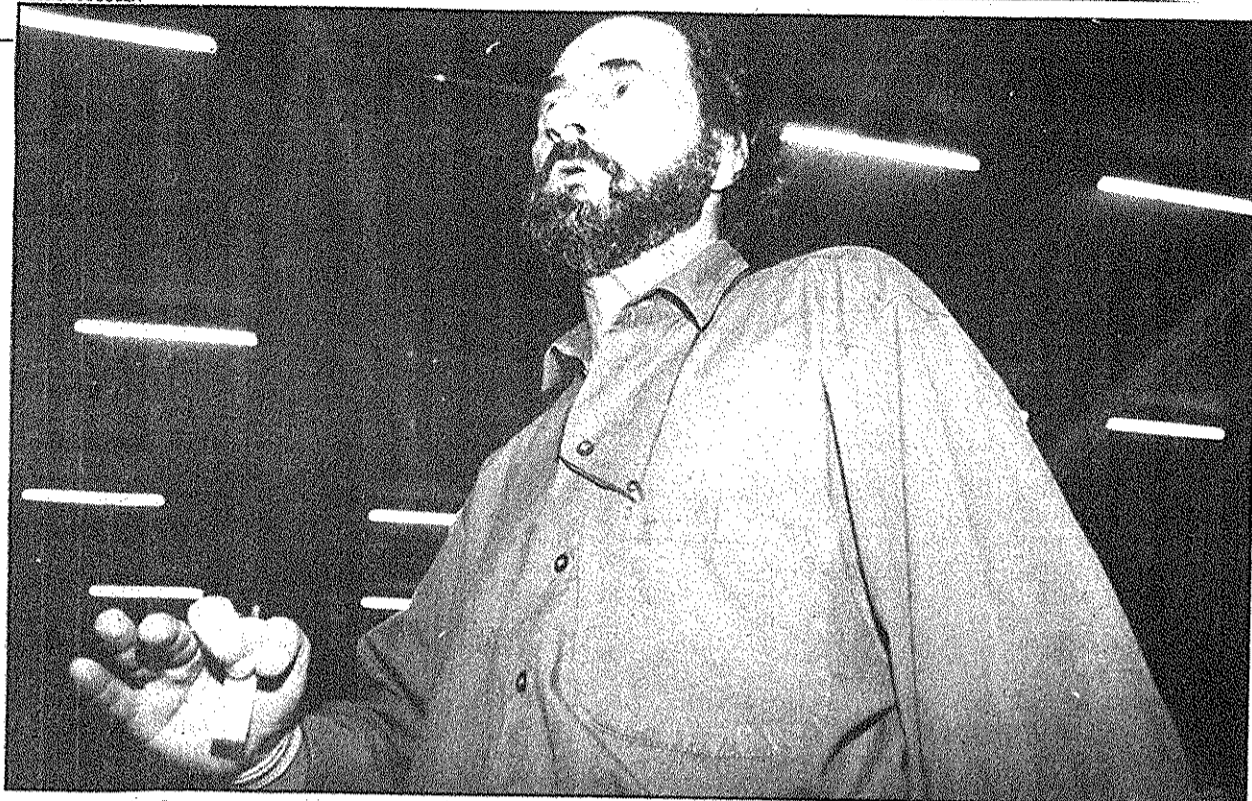


ZULEICA DE SOUZA



Sidney Possuelo, da Funai, avisa que o uso de helicópteros não configura ação de guerra

“Selva Livre” usa estilo soft contra garimpeiros

A “Operação Selva Livre”, iniciada dia 19 em Roraima, para expulsar os garimpeiros da área indígena Ianomami está sendo feita de forma “soft” pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e Polícia Federal (PF). Segundo o presidente da Funai, Sydney Possuelo, até agora não foi usada força, nem dinamites para explosão de pistas clandestinas, porque não há resistência por parte dos garimpeiros. A qualquer momento, porém, helicópteros de grande porte da Força Aérea Brasileira (FAB) atuarão na retirada dos invasores mais insistentes.

A primeira etapa da operação restringiu-se a um pedido através de rádio, para que os garimpeiros deixassem a área. Na segunda fase foi bloqueado o acesso por terra e rios às terras Ianomami. Quatorze pistas de pouso foram destruídas com escavadeiras ocasionando o corte no abastecimento dos garimpos. Já a ação inicial, na pista Homoxu, mais de 140 homens saíram. A Funai estima que ainda existam cerca de quatro mil invasores na área.

O presidente da Funai ressalta que a principal estratégia para expulsão dos garimpeiros é o “processo de enfraquecimento” da atividade. Todos os retirantes estão sendo revistados pela Polícia Federal. O ouro apreendido fica depositado na Caixa Econômica Federal de Roraima. Informações da área dão conta de que muitos garimpeiros depositam o ouro em preservativos e engolem antes de sair do solo Ianomami. Eles estão impedidos também de retirar qualquer equipamento do local para evitar a migração para outras zonas de garimpo em terras indígenas. As mais visadas,

Raposa e Serra do Sol, tiveram a vigilância redobrada.

A data da chegada dos helicópteros da FAB na região não foi divulgada por Possuelo por questões estratégicas, mas ele adiantou que não se trata de uma “operação de guerra”. Existe material disponível para explosão de pistas, mas o uso de dinamite, a princípio, está descartado. A PF e Funai estão com as atenções voltadas para duas áreas economicamente mais importantes, os garimpos de Uraricuera, ao norte, e Santa Rosa, ao sul.

Para garantir que a invasão não seja reiniciada após o fim da ope-

ração, segundo Possuelo, haverá uma ocupação efetiva da área por homens da PF e Funai. Dos quase Cr\$ 3 bilhões destinados à assistência na área Ianomami, o órgão já tem liberados Cr\$ 700 milhões. O dinheiro será usado na construção de 17 novos postos de vigilância, a serem localizados em pontos estratégicos. A Funai pretende investir ainda na instalação de um sistema de rádio-comunicação capaz de rastrear toda a região e interceptar aeronaves com tráfego irregular. A Funai tem um prazo de apenas três meses e meio para concluir o processo de desintrusão.

G-7 limita demarcações

A concessão de apenas 15 milhões de dólares pelo Grupo dos Sete (G-7) países mais ricos para o Programa Piloto das Florestas Tropicais Brasileiras impedirá a demarcação de seis áreas indígenas na Amazônia e Acre este ano. Conforme a antropóloga da Funai, Isa Maria Rogedo, só existem recursos para a demarcação da área ianomami e todas as demais estão incluídas no orçamento de 1992 e 1993.

A demarcação das terras ianomami vai ser feita com Cr\$ 3 bilhões concedidos pelo Governo, dos quais mais de Cr\$ 2 bilhões dependem de aprovação pelo Congresso Nacional antes de serem liberados. O primeiro passo

concreto rumo à demarcação é a publicação hoje no Diário Oficial do estudo antropológico feito pela Funai. Ainda esta semana o documento será encaminhado ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que tem o prazo de um mês para entregá-lo ao presidente Fernando Collor.

O estudo propõe a demarcação de uma área total de nove milhões 419 mil hectares de terras nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro (AM), Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí e Caracará em Roraima. O estudo desconsidera uma proposta anterior de fracionar o solo ianomami em 19 ilhas, mantendo integralmente toda a área habitada hoje por cerca de nove mil índios ianomami e mayongong (yekuana). O território ianomami está interdito desde abril passado pelo Ministério da Justiça, por um prazo de 180 dias, para preservação da integridade dos índios.